



DESPACHO N.º 42/2018

Considerando que:

- I. A Doutora **Ana Berta Correia dos Santos Alves**, solicitou ao Presidente do IPV a realização das provas para atribuição do título de especialista na área de Educação e Trabalho Social;
- II. De acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto e artigo n.º 12.º do Regulamento para Atribuição do Título de Especialista do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), aprovado por Despacho do Presidente do IPV, de 1 de junho de 2010 (publicado em Diário da República sob n.º de Regulamento 523/2010, 2.º série, n.º 111 de 9 de junho), compete ao Presidente do IPV a nomeação do Júri das provas para atribuição do título de especialista nos casos em que o Instituto se constitui como instituição instrutora;
- III. Por força dos normativos legais supra citados, concretamente o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 e alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento, o Presidente do Júri é o Presidente do IPV, podendo esta competência ser delegada nos termos do n.º 4 do artigo 12.º daquele diploma e n.º 4 do artigo 13.º do Regulamento.

Pelo presente Despacho:

- Delego a presidência do júri das provas para atribuição do título de especialista na área científica de Educação e Trabalho Social, na Professora Doutora Manuela Maria da Conceição Ferreira, Vice-Presidente deste Instituto.

E

- Designo, para integrarem, como vogais, do mesmo Júri as seguintes individualidades:



- **Rosa Maria Ramos Novo**, Professora Adjunta proposta pelo Instituto Politécnico de Bragança, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.
- **Leonor de Lemos Fernandes Dias Teixeira**, Professora Adjunta, proposta pelo Instituto Politécnico de Santarém, ao abrigo do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.
- **Esperança do Rosário Jales Ribeiro**, Professora Coordenadora proposta pela Escola Superior de Educação, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.
- **Sílvia Azevedo**, proposta pela Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social (APTSES), ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.
- **Maria de Fátima Barros Correia**, proposta pela Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social (APTSES), ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 206/2009 de 31 de agosto.

Viseu, 06 de agosto de 2018

O Presidente do IPV,

(João Monney Paiva)